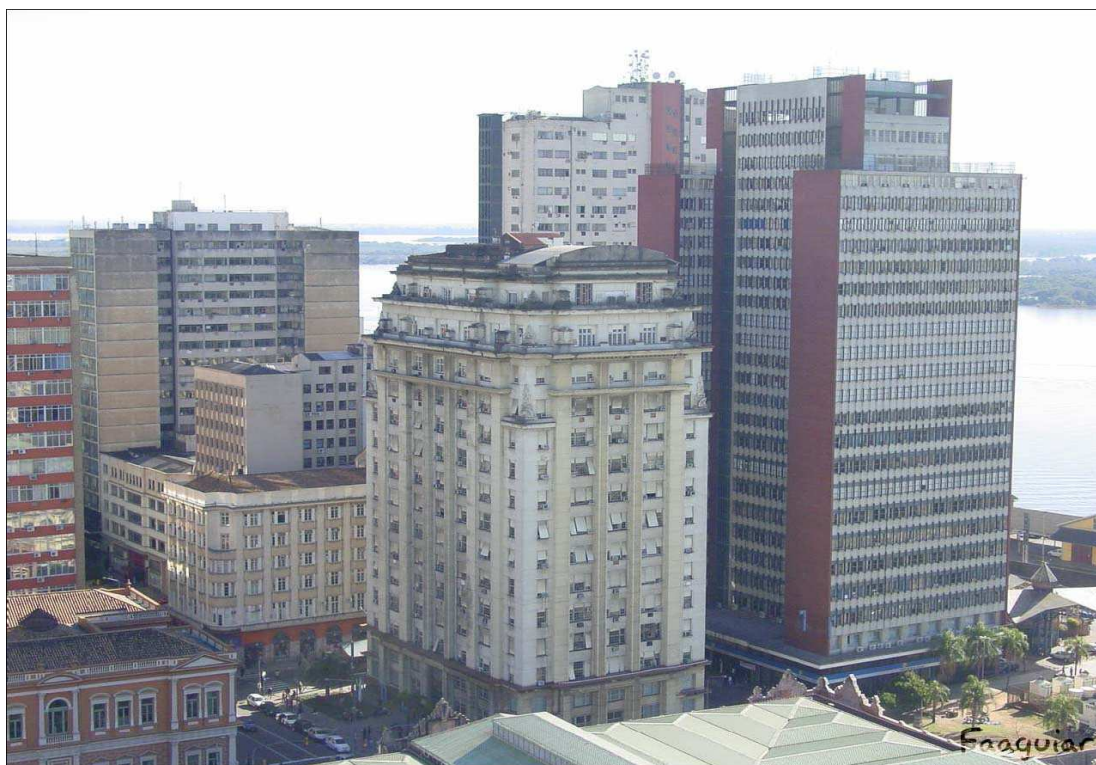




**Prefeitura de
Porto Alegre**
Secretaria Municipal de Administração



ARTIGOS PUBLICADOS NO SITE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA



1º SEMESTRE DE 2010

Prefeito de Porto Alegre

José Fortunati

Secretária Municipal da Administração

Sônia Vaz Pinto

Coordenadora Geral Diretiva

Rita de Cássia Reda Eloy

Supervisora de Recursos Humanos

Suzana Reis Coelho

Assessoria de Comunicação Social

João Luiz Guedes

Coordenadora da Escola de Gestão Pública

Tanise Amália Pazzim

Servidores da Escola de Gestão Pública

Adriana Beiler

Camila Macedo Silva

Denise Rejane Mello da Silva

Elisa Marcon Aquino Kerber

Fábio Sager

Jeanine Dutra Wallauer

Maria Beatriz Costa Cabral Costa e Silva

Nelson Barbieux Langaro

Roberto de Azevedo Westphalen

Simone Dani

Themis Regina Barreto Krumenauer

APRESENTAÇÃO.....	4
JANEIRO.....	5
A gestão do currículo nas instituições educacionais: perspectivas culturais, desafios e alternativas.....	5
FEVEREIRO.....	8
O Enigma da sala de Aula	8
Portal de Gestão – O Canivete Suíço da Prefeitura de Porto Alegre	11
Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) – um trabalho emergente	12
MARÇO.....	15
Os Desafios na Implementação da Estratégia	15
A Mudança na Arquitetura Organizacional da PMPA a partir do Novo Modelo de Gestão.....	18
Modelo de gestão, a fábula.....	20
A importância do cargo de Administrador no serviço público.....	22
Registro de Gestão	25
Planejamento Estratégico PMPA	26
Políticas e Práticas Integradas.....	27
A EGP e a sua própria evolução.....	28
Princípios de Gestão ou Princípios de Mudança?.....	30
Promoção da Saúde dentro do Espaço Educacional	32
Trilhas ecológicas como ferramentas para educação ambiental nos parques de Porto Alegre	34
Universidade Corporativa	38
Os processos de trabalho do Serviço Social num desenho contemporâneo.....	40
Vulnerabilidade socioeconômica em Porto Alegre: Uma abordagem territorial com base em Análise Multivariada....	43
ABRIL.....	64
Os Sem-Lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre	64
A boa aplicação dos recursos públicos.....	77
Meritocracia: Porque não na PMPA?.....	79
Educação Ambiental utopia ou realidade?	80
O conceito de estágio curricular e suas implicações na organização das atividades práticas na área da saúde.....	81
Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva	82
A Segurança Alimentar e a Intersetorialidade das Políticas Sociais	89
MAIO.....	99
Conhecimento Adquirido: O benefício da expansão na equipe.	99
Dança do Ventre e Terceira Idade	100
JUNHO.....	102
Espelhos da alma.....	102
O dispositivo rede integrada de atendimento à criança e ao adolescente e outras redes na operacionalização da lei 8069/90: Estatuto da criança e do adolescente.....	115
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	131

APRESENTAÇÃO

A Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretaria Municipal de Administração (SMA) é um centro para articulação, produção e difusão de conhecimentos ligados às questões estratégicas da gestão pública e à prática cotidiana dos servidores municipais.

Tem como objetivo promover a formulação de novos conhecimentos no âmbito da gestão pública e a permanente qualificação dos servidores, nos aspectos técnicos e gerenciais.

Desde setembro de 2009, a EGP destinou um espaço para a publicação de artigos dos servidores no site (<http://www.portoalegre.rs.gov.br>), no link da Secretaria Municipal de Administração – Espaço do Servidor - Escola de Gestão Pública, com o objetivo de despertar nos servidores o hábito da pesquisa, estudo, reflexão e comprometimento com a melhoria da qualidade do serviço público.

Entre os textos recebidos encontramos opiniões, relatos de experiências e artigos científicos. Relacionamos a seguir a compilação dos artigos já publicados no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre referente ao período de janeiro à junho de 2010.

Tanise Amália Pazzim

Coordenadora da Escola de Gestão Pública

Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva

Jaqueline Lessa Maciel (SMAM)¹
Chalissa Beatriz Wachholz (SMAM)²
Clarissa Oliveira Alminhana (SMAM)³
Paloma Gusmão Bitar (SMAM)⁴
Rita Paradedda Muhle (SMAM)⁵

Resumo

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, junto com a Rossi Residencial, através do Centro de Educação e Informação Ambiental, idealizou a inédita Cartilha Naturecos em Braille, contendo informações sobre a importância da preservação do meio ambiente, abordando uma visão holística das diferentes questões ambientais. Para otimizar o potencial deste material, foi elaborado, paralelamente, uma metodologia que utiliza diferentes ferramentas, como o jogo “Semente se Sente”, as essências “Aromas da Terra”, o CD com cantos de pássaros e Trilhas Sensoriais, que estimulam outros sentidos, proporcionando aos deficientes visuais uma nova e estimulante percepção do meio em que vivem.

Palavras-chave: educação ambiental; inclusão; ferramentas.

Introdução

A questão ambiental é, atualmente, um dos temas considerados estratégicos nos compromissos e tratados internacionais promovidos por agências intergovernamentais. O modelo de desenvolvimento estabelecido a partir da Revolução Industrial (final do século XVIII) gerou um aumento qualitativo e quantitativo no processo de destruição da natureza.

Nas décadas de 1950 e 60, impulsionado por avanços tecnológicos, o homem ampliou a sua capacidade de produzir alterações no ambiente natural, principalmente nos países mais desenvolvidos, sendo que na década seguinte os efeitos sobre a qualidade de vida já eram evidentes (DIAS, 2004).

Nesse período, fortalecia-se no mundo o processo de implementação de modelos de desenvolvimento fortemente liberais, regidos pela norma do maior lucro possível no menor espaço de tempo. Com o pretexto da industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais e humanos, levando, na década de 70, a uma forte crise ambiental.

Nessa época, a Educação Ambiental ainda não aparecia neste cenário. Existia um movimento conservacionista anterior, de proteção à natureza, que se interessava em proteger determinados recursos naturais contra a exploração abusiva e destruidora, alegando razões gerais de prudência ética ou estética. O novo movimento ambiental, sem descartar essas motivações, superou-as, estendendo seu interesse a uma variedade maior de fenômenos ambientais. Alegava que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que, no melhor dos casos, ameaçava a qualidade de vida e, no pior, colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência, em longo prazo, da própria humanidade (MEDINA, 1997).

¹ MSc, Bióloga, Coordenadora do Centro de Educação e Informação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente/SMAM. Av. Carlos Gomes, 2120, sala 206. Bairro Três Figueiras. Cep. 90480-002. Porto Alegre/RS E-mail: jaquelessa@smam.prefpoa.com.br

² Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: chalibw@msn.com

³ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: clarissa.alminhana@hotmail.com.br

⁴ Estudante do curso de Pedagogia IPA, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. Email: palomabitar@hotmail.com

⁵ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: rpbio@hotmail.com

Em 1962 a Jornalista Rachel Carson lançava seu livro *Primavera Silenciosa* – que se tornaria um clássico na história do movimento ambientalista mundial –, com grande repercussão. Ela tratava da perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre o ambiente (Dias, 2004). Impulsionados pelo livro de Rachel Carson, os movimentos ambientalistas mundiais cresceram, sendo também alimentados pela crescente exploração dos recursos naturais e degradação ambiental.

A preocupação com a qualidade ambiental aumentou e, em 1972, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência da ONU⁶ sobre o Ambiente Humano. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Reconheceu o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, e enfatizou a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades (DIAS, *op. cit.*). Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

A UNESCO⁷, em colaboração com o PNUMA⁸, em resposta à recomendação da Conferência de Estocolmo, cria, em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), destinado a promover, nos países-membros, a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo.

Ainda em 1975, mas agora em Belgrado, na Iugoslávia, a UNESCO promove o Encontro de Belgrado, como ficou conhecido, onde foram formulados os princípios e orientações para um programa internacional de EA.

A primeira conferência intergovernamental dedicada especialmente à Educação Ambiental (EA) ocorreu em Tbilisi, no ano de 1977. Nela foram definidos os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da EA. Esta foi, então, definida como um processo contínuo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades e a determinação que os tornam aptos a agir e resolver os problemas ambientais (DIAS, 2004).

A idéia de desenvolvimento sustentável foi, pela primeira vez, introduzida na discussão ambientalista através do documento “Nosso Futuro Comum”, produzido na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou em 1987. Na mesma conferência decidiu-se, também, incluir a EA nas políticas educacionais dos países.

Posteriormente, na conferência Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, a sustentabilidade, considerada a chave para a solução dos problemas ambientais, seria o tema central a nortear os debates. Neste contexto, a EA foi apontada como fator fundamental para a promoção deste desenvolvimento sustentável.

Desde sua origem, o conceito de “meio ambiente” tem sido utilizado como sinônimo de “Natureza” ou “recursos naturais”. Ainda hoje permanece forte a influência do pensamento conservacionista, o qual a “Natureza” deve ser reverenciada e isolada do homem para ser salva. No entanto, reduzir esse conceito a aspectos exclusivamente “naturais” exclui as interdependências e interações com a sociedade.

O meio ambiente, ou simplesmente ambiente, não é formado apenas pela flora e fauna, água, solo e ar, como era tradicionalmente definido. “*Hoje, as atividades humanas sobre a Terra produzem tantas influências que a sua cultura passou a fazer parte da definição de meio ambiente*” (DIAS, 2004). Atualmente, o conceito de meio ambiente é compreendido, conforme art. 4, inciso II, da Política Nacional de Educação Ambiental, pela “[...] interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (PNEA, 1999).

Desta forma, tem se verificado a necessidade de levar em conta o “Homem” como parte integrante, indissociável e modificadora desta “Natureza”. Ou seja, depende do ambiente e das diversas relações ecológicas que nele ocorrem, incorporando as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas que levaram e levam ao atual contexto ambiental.

⁶ Organização das Nações Unidas.

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A EA é uma ação interdisciplinar para ser trabalhada por todas as idades, comunidades e realidades, considerando-se o meio ambiente em sua totalidade: o resgate e o surgimento de novos valores sociais que conduzam a um modo de vida mais consciente e sustentável.

Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

No Brasil, desde 1997, a temática ambiental é de caráter obrigatório no ensino escolar formal, introduzido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) sob a forma de tema transversal. Em geral, as escolas restringem sua prática de EA a projetos temáticos desarticulados do currículo e das vivências cotidianas dos estudantes em suas comunidades. Frequentemente são campanhas ou ações isoladas em datas comemorativas. Muitas vezes são iniciativas de alguns professores interessados, que acabam por desenvolvê-las de forma extracurricular.

O município de Porto Alegre, desde o ano de 2005, tem como política de governo a EA, com a campanha "*Porto Alegre, cidade da Educação Ambiental*" e a criação do Comitê Gestor de Educação Ambiental, que integra as diversas secretarias e departamentos. As ações são coordenadas pelo Centro de Educação e Informação Ambiental (CEIA) da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e têm como objetivo sensibilizar a população em geral dos problemas ambientais observados em Porto Alegre, utilizando-se, principalmente, de multiplicadores de EA (educadores, estudantes, líderes comunitários, etc.), que transmitem aos mais diversos segmentos da sociedade conhecimentos e experiências que promovam conscientização, valorização e ação na busca por um ambiente mais sustentável.

Devemos levar em conta a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades e singularidades. O que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, do preconceito, da dominação e exploração entre outras formas de mazelas sociais.

O bem-estar e a sobrevivência da humanidade dependem do valor que as pessoas os atribuem: ao respeito e consideração pelos outros, particularmente aos menos favorecidos; ao cuidado e à proteção dos recursos da humanidade; à promoção de ações que beneficiam a humanidade como um todo e melhorem a qualidade ambiental.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais do cidadão. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva é a essência do desenvolvimento social sustentável. Segundo dados do IBGE (2002), 14,5% da população nacional possuem algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial. Desse índice, os deficientes visuais representam o maior grupo, correspondendo a 48,1%.

O interesse em trabalhar as questões ecológicas, incluindo o público com necessidades especiais, nos remete a uma reflexão sobre sensibilização e o sentido mais íntimo de educação ambiental. A deficiência visual não é barreira para o contato com a natureza e há muitas iniciativas que estimulam a inclusão, mostrando que as belezas naturais, além de apreciadas com os olhos, podem ser também percebidas por outros sentidos.

A inclusão de pessoas com deficiência em atividades em áreas naturais como exercícios físicos, recreação e contemplação da natureza proporcionam a promoção da auto-estima e socialização dessas pessoas. Este fator concorre para a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes voltadas para a conservação e uso sustentável do meio ambiente, e de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade.

Desenvolvimento

Em Porto Alegre, aproximadamente 50 alunos cegos ou com baixa visão estão matriculados em escolas municipais regulares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo todo o material adaptado em Braille ou ampliado. Além disso, três escolas disponibilizam a estes alunos, no turno inverso, o atendimento para complementação pedagógica em salas especialmente equipadas e com profissionais especializados na área.

Buscando atender a este público, surge, como iniciativa inédita no Brasil, a idéia de transformar a Cartilha Naturecos em tinta, que já era utilizada nos trabalhos de educação ambiental desenvolvidos pelo CEIA, numa versão em Braille e em áudio (CD) (Foto 1).

Esta cartilha é utilizada em sala de aula, trazendo informações sobre a importância da preservação do meio ambiente, onde as informações nela contidas abordam uma visão holística das diferentes questões ambientais referentes, principalmente, ao município de Porto Alegre. Tais informações são abordam temas como flora, fauna, água, ar, resíduos, coleta seletiva, espécies em extinção, arborização urbana, efeito estufa, saúde ambiental e animais domésticos.

Escrita de maneira lúdica, objetiva e acessível, as importantes informações ambientais, curiosidades, desenhos e jogos, que também estão presentes na cartilha, a tornam um material divertido e eficiente para se trabalhar às questões ambientais tanto com deficientes visuais quanto com os alunos que não possuem visão integral.

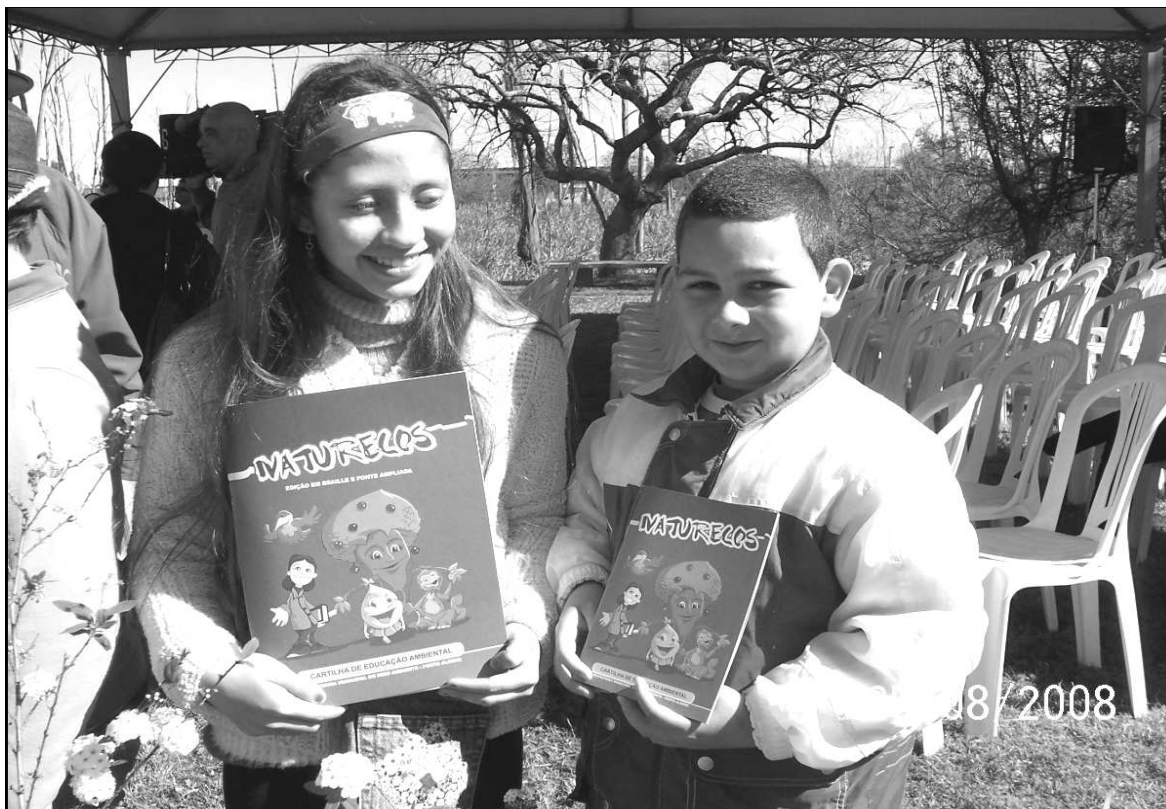


Foto 1: Aluna com deficiência visual e aluno com visão integral mostrando, respectivamente, a Cartilha Naturecos em Braille e em tinta que receberam durante atividade desenvolvida pelo CEIA.

Procurando-se otimizar todo o potencial deste material, a Cartilha Naturecos não é trabalhada isoladamente. Paralelamente a ela foi elaborada, pela equipe do CEIA, uma metodologia que utiliza diferentes ferramentas, como o jogo “Semente se Sente”, as essências “Aromas da Terra”, o CD com cantos de pássaros e as Trilhas Sensoriais, que estimulam outros sentidos além da visão, proporcionam aos deficientes visuais uma nova e estimulante percepção do meio em que vivem.

Todas estas ferramentas são trabalhadas juntas, sendo que, cada uma estimula diferentes formas de percepção da natureza. Tudo isto foi elaborado com a finalidade de que a cartilha não servisse apenas como uma publicação com informações ambientais, mas, que o conjunto, cartilha e as ferramentas, fosse uma metodologia efetiva e útil nos projetos com respectivo enfoque.

A instituição pública, não tendo condições de realizar publicações neste nível, buscou parcerias com a iniciativa privada comprometida com questões sócio-ambientais. Neste contexto, a Rossi Residencial S.A. foi importante e essencial colaboradora na construção deste projeto tão inovador.

A cartilha em Braille foi lançada no dia vinte e cinco de agosto de 2008, no Parque Marechal Mascarenhas de Moraes e contou com a presença de secretários, entidades de deficientes visuais, e escolas inclusivas, assim como imprensa e convidados. Para a boa qualidade da transcrição deste material, tivemos a colaboração da Fundação Dorina Nowill para cegos, que a mais de seis décadas tem se dedicado à inclusão social das pessoas com deficiência visual por meio da educação e cultura, atuando na produção de livros em Braille entre outros.



Foto 2: Alunas com baixa visão lendo a cartilha em Braille.



Foto 3: Em meio ao evento de lançamento, aluno concentrado na leitura da cartilha em Braille.

Após o lançamento, foi montado um kit contendo a Cartilha Naturecos em Braille, a cartilha em tinta e em áudio e enviado para as Instituições que desenvolvem trabalhos com deficientes visuais no RS e alguns outros Estados. Junto a isto, para as instituições da Grande Porto Alegre, nos colocamos a disposição para a realização das atividades complementares elaboradas pelo CEIA, sendo as seguintes:

Semente se Sente: O jogo Semente se Sente é um jogo de memória confeccionado com seis diferentes pares de sementes. Uma semente de cada par é deixada dentro de uma caixa especial com o nome da espécie em

Braile e a outra é deixada fora da caixa, misturada com as demais para que o jogador encontre o par correto através do tato.



Foto 4: Deficientes visuais interagindo com a natureza através do jogo Semente se Sente durante uma das atividades de inclusão desenvolvidas pelo CEIA.

Aromas da Terra: Nesta atividade são colocados pequenos frascos com diferentes essências em uma mesa e os participantes devem adivinhar, através do olfato, ao que corresponde cada aroma. Para a atividade, os participantes que possuem visão integral são vendados.

CD com Cantos de Pássaros: Esta atividade apresenta cantos de diferentes pássaros onde os participantes devem adivinhar, a cada canto, qual é o pássaro. Esta atividade estimula a concentração e trabalha a audição.

Trilhas Sensoriais: Esta atividade consiste em trilhas sensoriais previamente elaboradas de acordo com a idade dos participantes e o local a ser desenvolvido. Para esta atividade podem ser utilizados espaços como parques, praças, ou até mesmo pátios de instituições. Os participantes percorrem determinado trajeto trabalhando seus sentidos através do toque nas árvores, o cheiro da terra, flores e ervas aromáticas e ouvindo os diversos sons que a natureza proporciona. As fotos a seguir mostram um pouco sobre a Trilha Sensorial realizada com um grupo de deficientes visuais no dia lançamento da cartilha, no Parque Mascarenhas de Moraes, em Porto Alegre.



Foto 5: Grupo de participantes da trilha sensorial tocando nas plantas para sentir as diferentes texturas de folhas.

Sendo que muitos indivíduos com deficiência visual estão inclusos no ensino regular, todas as atividades oferecidas pela equipe são trabalhadas com ambos públicos, concomitantemente, sendo que as pessoas sem esta deficiência ficam de olhos vendados durante as atividades.

Uma nova forma de trabalhar a EA se constitui no CEIA com a idealização e realização deste projeto. Seguindo uma das principais premissas da EA, que é a mudança de paradigmas.

Conclusão

Está, na busca de uma sociedade inclusiva, a essência do desenvolvimento social sustentável. Neste quadro, a EA se apresenta como base para um processo de mudanças, de quebras de paradigmas e de novas performances que independem das tipologias de ordem física e mental apresentadas.

As atividades criadas pelo CEIA tornaram-se uma ferramenta importantíssima para a sensibilização e o trabalho em Educação Ambiental relacionada com a inclusão. Como reconhecimento deste trabalho o projeto foi contemplado com três prêmios de reconhecimento local e nacional concebido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), pela Editora Expressão Ecologia e pela Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Por ser um trabalho materializado, a cartilha em Braille pode ser facilmente distribuída e trabalhada, além disso, ela possui fonte ampliada, possibilitando que pessoas com baixa visão e que não dominem a leitura em Braille possam utilizar o material.

Todos nós, habitantes do planeta Terra, constantemente somos responsáveis por parcelas de sua degradação. A inclusão de deficientes em atividades de EA através da cartilha em Braille é, portanto, uma ação que contribui para a socialização dessas pessoas e para a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a consciência do ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

CARVALHO, Isabel C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Números: Censo IBGE 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

MATURANA, H. **Cognição, Ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MEDINA, N. M. Breve histórico da Educação Ambiental. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Org.) **Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil**. Brasília, 1997. p. 257 - 269. **PNEA**. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <[http://www.aipa.org.br/ea-leis- Educacao-ambiental.htm](http://www.aipa.org.br/ea-leis-Educacao-ambiental.htm)> Acesso em: 04 de março de 2009.